



A PAZ É O QUE FAZEMOS DELA: CONCEPÇÕES TEÓRICAS PARA O CASO COLOMBIANO

THE PEACE IS WHAT WE MAKE OF IT: THEORETICAL CONCEPTIONS FOR THE COLOMBIAN CASE

Luciano Alexandrino dos Santos Junior

Mestrando no PPG em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande. Coordenador administrativo da Escola Latino-Americana de Altos Estudos em Cultura e pesquisador associado do Centro Latino Americano de Estudos em Cultura. Membro do Núcleo de Estudos para a Paz da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

José Blanes Sala

Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo, cursou dois anos na Facultat de Geografia e Història da Universitat de Barcelona, mestrado em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo e doutorado em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do ABC – UFABC.

RESUMO: O acordo efetivo de paz na Colômbia ocorreu em 2016 após um longo processo de negociação envolvendo todos os atores do conflito armado entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Estado colombiano, que durou mais de cinco décadas, provocando milhões de vítimas. A metodologia de pesquisa adotada é a análise sob perspectiva teórica, a partir da qual se busca compreender determinado fenômeno histórico ou social. Questiona-se quais seriam as contribuições teóricas das relações internacionais para a análise do acordo de paz colombiano. As teorias escolhidas para tal estudo foram o liberalismo e o construtivismo social por serem teorias das relações internacionais mais próximas com o tema de pesquisa sobre reflexos sociais de uma paz negociada. A hipótese é que o acordo de paz é uma manifestação material da teoria liberal e que diversos elementos desta estiveram presentes no processo de paz, tais como a importância e atuação de instituições internacionais e relevância de mecanismos democráticos. Ademais, pode-se inferir, por meio da teoria do construtivismo, que há uma cultura de violência no país, resultado de décadas de conflito que busca deslegitimar o acordo de paz.

Palavras-Chave: Liberalismo; Construtivismo Social; Acordo de Paz; Colômbia; FARC.

ABSTRACT: The effective peace agreement in Colombia came in 2016 after a long negotiation process involving all the actors in the armed conflict between the Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC) and the Colombian State, which lasted more than five decades, causing millions of victims. The research methodology adopted is the analysis from a theoretical perspective, which one seeks to understand a certain historical or social phenomenon. It is questioned what would be the theoretical contribution of international relations to the analysis of the Colombian peace agreement. The theories chosen for this study were liberalism and social constructivism because they are the closest theories from international relations to the research theme on social reflexes of a negotiated peace. In conclusion, the peace agreement is a material manifestation of the liberal theory and several elements of it were present in the peace process such as the importance and performance of international institutions and the relevance of democratic mechanisms such as transparency. Furthermore, it can be inferred that through the theory of constructivism one can observe a culture of violence in the country, as a result of decades of conflict that seeks to delegitimize the peace agreement.

Key Words: Liberalism; Social Constructivism; Peace Agreement; Colombia; FARC.



1 Introdução

O conflito armado colombiano é notadamente a guerra civil mais longa da América Latina que ainda está em debate (BBC BRASIL, 2016). Com isso, diversos estudos buscam explicá-lo a partir de diferentes conceitos das ciências sociais, considerando diferentes elementos como fatores essenciais para compreendê-lo, como por exemplo, o narcotráfico, as teorias de revolução, o debate comunismo versus capitalismo e a própria característica de instabilidade do monopólio de uso da força do Estado nacional colombiano.

Após décadas de negociações e tentativas de um acordo de Paz fracassados o governo nacional finalmente concretizou um acordo final em 2016 liderado pelo então mandatário Juan Manoel Santos (2010-2018). Não obstante, para compreender este complexo conflito e o posterior processo de paz faz-se necessário retomar às suas origens e o contexto nacional e internacional em que ocorreram, estabelecendo ponderações tanto conceituais como epistemológicas das origens do conflito, identificando a importância de cada um dos atores nele presente e examinando as motivações tanto para o conflito como para a paz negociada.

O período que abrangeu e acirrou o conflito colombiano foi a Guerra Fria (1945-1991), marcado por uma disputa ideológica bipolar entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que dividiu o mundo em dois grandes blocos ideológicos, o capitalista e o socialista/comunista (KEOHANE; NYE, 2008). Apesar de não ter havido conflito armado direto entre as potências, o reflexo dessa disputa refletiu notadamente nos países em desenvolvimento, em especial na América Latina (PECEQUILO, 2008).

Os primeiros indícios de negociação de paz do governo com as forças insurgentes começaram em 1980. Nesta época, um dos acordos seria a formação de um partido político, a União Patriótica (UP) que posteriormente viria a fracassar na tentativa de representá-los oficialmente (SILVEIRA, 2014). O governo justificou o fracasso culpando a guerrilha de usar essa tentativa de firmar a paz para se fortalecer militarmente. Em contrapartida não só o M-19 como as outras guerrilhas acusavam a ineficiência do governo de reintegrar os ex-guerrilheiros na sociedade e de protegê-los, pois, após a dissolução da guerrilha M-19 os ex-combatentes foram perseguidos e mortos. Este fato marcou uma profunda desconfiança em qualquer outra iniciativa de acordo para a paz.

A segunda tentativa de negociação da paz ocorreu em 1998. O presidente Andrés Pastrana (1998-2002) destinou à guerrilha uma área desmilitarizada ao sul do país para iniciar o fim dos combates armados, mas tal iniciativa não funcionou devido à negativa do governo

para a liberação de guerrilheiros das FARC ao narcotráfico e a pressão exterior, principalmente dos EUA, seus desdobramentos impediram a consecução da paz nacional (HERBOLZHEIMER, 2016).

Anos mais tarde, baseado nos insucessos de acordos anteriores e com uma nova postura securitária, o governo de Álvaro Uribe (2002-2010) impôs uma política de forte enfrentamento armado direto, com isso, as forças militares das FARC diminuíram consideravelmente e as ações do governo, mesmo que violentas satisfizeram a vontade popular (SILVEIRA, 2014). Após o 11 de setembro de 2001 o conceito de “terrorismo” ascende significativamente nas Relações Internacionais, representando o temor de novos ataques à população civil por grupos extremistas. Tal definição também se enquadrou aos membros das FARC (ARTEHORTÚA, 2016). Portanto, a partir do entendimento de que as FARC eram um grupo terrorista, nota-se a perda de parte do apoio popular e intelectual. Isso se deu devido à repercussão dos sequestros e assassinatos noticiados na comunidade internacional, marcados pela campanha antiterrorista mundial liderada pelos EUA (PECEQUILO, 2008).

Palacios (2001) aponta que todos os processos de paz anteriores ao de 2016 não foram exitosos por desgastes no âmbito presidencial, com trocas de acusações durante as negociações, sendo que o autor expõe ainda três elementos comuns a estes: a resistência popular de reintegrar as guerrilhas à vida democrática por ser um país historicamente desigual e fragmentado; dependência dos processos aos interesses políticos, ou seja, do desejo individual de cada presidente e não um anseio popular para a paz; por fim, o consecutivo fracasso das negociações que desgastaram a confiabilidade do significado de paz que, com a desinformação, se tornou cada vez mais reconfigurado como uma mera redistribuição de poder.

Não obstante, o acervo bibliográfico sobre o conflito colombiano se comparados a outros conflitos internos presentes no cenário internacional são escassos. Porém, têm surgido diversos especialistas em América Latina, Ciência Política e Relações Internacionais imbuídos da disposição para estudar o fenômeno como tema a partir da segurança internacional e das ciências humanas e sociais. Assim como aponta Antunes (2018), mesmo que o conflito tenha durado mais de cinco décadas e diversas tentativas de paz negociada foram presenciadas, é notável a carência de bibliografias acerca dos processos de paz, que em sua maioria caracteriza-se por trabalhos narrativos, descritivos, normativos e com baixo rigor teórico ou metodológico. Dessa maneira, o presente artigo pretende fornecer uma nova

abordagem aos estudos de paz, resoluções de conflitos e para o acordo de paz colombiano, através de duas importantes correntes teóricas das relações internacionais.

2 Compreendendo a realidade a partir das teorias de relações internacionais sob três níveis de análise

Para Mingst (2014) uma teoria é o conjunto de proposições, hipóteses e conceitos que buscam explicar os fenômenos ou até prever eventos. Nas ciências sociais as teorias buscam relacionar os acontecimentos históricos ao conjunto de atores que os compõem como os Estados, organizações e indivíduos que os integram. Uma boa teoria deve ser capaz de compreender, analisar e ainda explicar acontecimentos através do espaço (sua aplicabilidade se deve tanto na Colômbia como qualquer outro país) e tempo (sua aplicação é efetiva tanto no presente como no passado) e devem ainda gerar hipóteses que podem ser testadas, debatidas ou refutadas (MINGST, 2014). Para a autora as teorias de relações internacionais assumem uma variedade de formas e para ampliar a efetividade de qualquer análise sobre um determinado evento é fundamental usar a estratégia que divide o objeto em três níveis de análise para ajudar a orientar as explicações dos questionamentos levantados pelo estudo: o indivíduo, o Estado e o Sistema Internacional.

Conforme categorização utilizada pela primeira vez por Waltz (1954) sobre os três níveis de análise teórica das relações internacionais tem-se que o nível “indivíduo” consiste no estudo de discurso e comportamento dos tomadores de decisões. No caso do nível do Estado a explicação será motivada por características internas do Estado em questão, como o tipo de governo, sistema econômico, grupos de interesse no país ou interesse nacional. No Sistema Internacional são consideradas as características internacionais e regionais do sistema bem como o período e contexto histórico analisado.

O quadro a seguir exemplifica e relaciona os três níveis de análise com o processo de paz, foco deste estudo. Posteriormente, cada nível de análise será descrito e analisado com base nas teorias do Liberalismo e Construtivismo Social para direcionar uma compreensão de quais dessas explicações melhor explicam ou se são suficientes para o estudo do processo de paz, seus atores, efetividade e repercussão.

Tabela 1: Análise do processo de paz a partir de três níveis de análise

Possíveis explicações para a efetiva celebração do acordo de paz colombiano, por nível de análise
<p>Nível individual</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Juan Manoel Santos, na qualidade de presidente da República foi o principal condutor do processo de paz. 2. Álvaro Uribe, foi o principal representante da oposição, do discurso securitário e de invalidação das negociações. 3. As vítimas do conflito foram essenciais para a consolidação e continuação das negociações. 4. O Plebiscito para aprovação do acordo pela população e a vitória do “não” constitui-se em um impasse jurídico, social e público sobre a legitimidade do acordo final. 5. Importância da reinserção social dos ex-combatentes para verificar a efetividade do acordo.
<p>Nível do Estado</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Debilidade da presença Estatal nas áreas rurais das fronteiras nordeste e sul da Colômbia. 2. Poder político tomado pelas oligarquias, caracterizado por ser bipartidário (Conservadores e Liberais). 3. Forças Armadas precárias. 4. Estado caracterizado pela formação de guerrilhas de esquerda e “paramilitares” de extrema direita em constante confronto direto. 5. Estado debilitado pela produção de coca, fortalecimento do narcotráfico e da corrupção.
<p>Nível internacional</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Guerra-Fria (1947-1989) em que marca a disputa ideológica entre capitalismo e socialismo. 2. Revolução Cubana que inspira o surgimento das guerrilhas. 3. Interesse e influência dos Estados Unidos na América Latina. 4. Plano Colômbia (2002-2010) que implantou um sistema de financiamento por parte

dos EUA, OEA e UE com medidas para conter o narcotráfico, mas efetivamente combateu as guerrilhas.

5. Atuação da missão de paz da ONU aprovada pela Assembleia Geral para auxiliar e acompanhar as negociações de paz e entrega de armas.

6. Mediação internacional através da Noruega como propulsora e apoiadora das primeiras negociações e Cuba como receptora das negociações.

7. Grupos de países observadores das negociações.

8. Atuação de empresas privadas estadunidenses durante o plano Colômbia e ampliação de políticas securitárias que refletiam os interesses norte-americanos na postergação do conflito.

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados compilados de Silveira (2014) e Arthortúa (2016)

3 O processo de paz sob a ótica do liberalismo das relações internacionais

O liberalismo é uma teoria clássica nas relações internacionais e serviu como base para o desenvolvimento de diversas outras correntes teóricas que buscam explicar os fenômenos no sistema internacional considerando a cooperação como essência nas relações da ciência política internacional (MINGST; ARREGUÍN-TOFT 2014). Surgiu após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e foi amplamente questionada com a eclosão da Segunda Grande Guerra (1939-1945), dando espaço para o realismo que elucida a relação de poder entre os Estados. Contudo, com o fim da Guerra-Fria (1991) e a abordagem de novos temas nas relações internacionais o liberalismo ressurgiu e vêm ganhando conotação ao passo da evidente importância da cooperação na relação entre indivíduo, Estado, sociedade e instituições (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Assim como afirmam Jackson e Sorensen (2013), para os liberais o Estado de conflito potencial de guerra e violência que caracteriza o sistema internacional é uma ameaça permanente à liberdade dos indivíduos que são refletidos no interior dos próprios Estados. Decorre disso a importância e a necessidade de promover a paz mundial como tarefa primordial da política externa de países comprometidos com a segurança e bem-estar de seus indivíduos bem como a importância das organizações internacionais neste sentido.

Segundo a tradição liberal a ideia de que nada é imutável permeia os ideais de possibilidade de constante transformação das relações sociais em todos os níveis de análise, em que se pode transformar a relação de poder e conflito em interesses, cooperação e relação harmoniosa. Contudo, assim como aponta Nogueira e Messari (2005, p. 35) “essa perspectiva

mais otimista acerca das possibilidades de mudança da política mundial foi rotulada por seus críticos realistas como utópica ou idealista”.

Pode-se afirmar que há um questionamento que permeia a teoria liberal desde suas origens até as modificações que passou ao longo das décadas: de que maneira o sistema internacional pode ser transformado para uma relação menos conflituosa e mais cooperativa? Desta indagação decorrem três principais ramos do liberalismo que visam alcançar a paz mundial nas relações internacionais, sendo eles o livre-comércio, a democracia e as instituições internacionais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

De acordo com autores liberais como Montesquieu (1689-1755), Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1805-1873) as vantagens econômicas e políticas do comércio internacional, sua expansão e consolidação representam o principal padrão de relacionamento entre os Estados, substituindo progressivamente a guerra. Tal como afirma Montesquieu, “a paz é o efeito natural do comércio” (MONTESQUIEU, 1979, p. 70), ou seja, gera uma relação de mútua dependência e interesse entre as nações. A formação de um cenário de interdependência entre as nações pode ser identificada também na teoria clássica da interdependência complexa, corrente liberal da Economia Política Internacional apresentada por Keohane e Nye (2008) em que propõe a existência de redes de cooperação e integração entre as nações democráticas em diversas áreas, como o comércio, ciência, tecnologia, entre outras, favorecendo o surgimento de organizações internacionais e reduzindo os riscos de guerra.

Para os autores dessas linhas teóricas existe uma profunda incompatibilidade entre o comércio e a guerra, pois os conflitos armados prejudicam muito a atividade econômica interna dos países, fazendo com que o comércio internacional, a exportação e importação de bens, serviços e capitais cessassem quase completamente. Nesse sentido:

O comércio é necessário e vantajoso para o bem-estar das nações, uma vez que explora a complementariedade de economias mais bem-dotadas de recursos naturais e mão-de-obra em setores diferentes. O comércio internacional é indispensável para um desenvolvimento econômico contínuo e, portanto, para o aumento progressivo da propriedade das sociedades modernas. Existe, assim, um interesse material concreto que explica a preferência de indivíduos e grupos sociais pela paz. A guerra seria favorecida por aquelas pessoas ou grupos que, contrariando os interesses gerais da sociedade, usam o Estado para aumentar seu poder econômico (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 63).

Para Kant (1995) o intercâmbio comercial entre as nações no sistema internacional estimularia o contato e a tolerância entre culturas diferentes, estabelecendo canais de

comunicação e aprofundaria a interdependência econômica entre as nações, a reciprocidade seria mais notável e essencial para a tomada de decisões e política externa dos Estados, o que resultaria também na pressão da opinião pública na formulação de posições e ações mais pacíficas por parte do Estado, desenvolvendo um sentimento moral de valores e interesses comuns da humanidade. Ressalta-se que o liberalismo não nega o egoísmo e a busca por benefícios de cada indivíduo ou Estado, porém é justamente por tais interesses que se busca manter a paz e cooperação, pois sem esses não há forma de alcançá-los (JACKSON; SORENSEN, 2013).

A segunda grande linha de ideia do liberalismo faz uma relação entre a paz e a democracia, em que os Estados democráticos tendem a manter relações pacíficas entre si e à medida que o número de países governados de forma democrática crescesse, se formaria uma espécie de zona estável de paz. As origens dessa ideia remetem-se à obra de Kant “A Paz Perpétua” em que o autor apresenta o conceito de federação pacífica, referindo-se a um conjunto de Estados comprometidos com a proteção dos direitos individuais, a legitimidade do governo com base na representação e consenso, além da transparência e publicidade das decisões estatais, ou seja, o estado de direito.

Para Kant (1995) as eclosões de guerras internacionais estavam atreladas majoritariamente às formas de governo imperfeitas, em Estados dinásticos absolutistas, em que o monarca não devia qualquer satisfação a seus súditos com relação à tomada de decisões no âmbito da política externa, muitas vezes priorizando suas ambições territoriais e pessoais deixando o “bem comum” em segundo plano.

Segundo essa teoria apresentada por Kant (1995), nas repúblicas em que o poder estiver baseado na representação de interesses coletivos, qualquer decisão de declarar guerra seria muito mais difícil, pois uma iniciativa que colocasse em risco a vida e o patrimônio dos cidadãos deveria ser objeto de ampla discussão, debate e ainda possuir justificativa moral, racional e legítima. Dessa forma, a política externa de regimes republicanos tenderia a ser muito mais prudente, comprometida com os interesses da sociedade em geral, forçando as instituições e os *policy makers*¹ a observarem o Estado de Direito. Nesse embasamento os liberais elucidam ainda a relevância da opinião pública como fator determinante na condução de uma política externa racional, moderada e transparente.

¹ O termo *Policy Makers*, em português, formadores de políticas, é usualmente utilizado na ciência política para descrever os tomadores de decisões, os políticos ou representantes do povo que formulam as políticas públicas. Assim como afirma Agum; Riscado e Menezes (2015, p. 14) o conceito é “entendido como uma definição para os tomadores de decisão, que adequam seus comportamentos seguindo recomendações de setores de pressão.”

Para os liberais, a manifestação da opinião pública é um elemento crucial para tornar a política externa de um Estado mais pacífica. A base desse argumento está na crença dos pensadores dessa tradição na razão, ou seja, na capacidade de os seres humanos decidirem racionalmente sobre o que é melhor para a sociedade em seu conjunto, a partir dessa crença, torna-se lógico supor que indivíduos agirão motivados pelo auto-interesse, buscando proteger sua vida, liberdade e bem-estar material, (...), portanto, central para a defesa da ideia de que existe uma relação entre democracia e paz (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 66).

A terceira abordagem do liberalismo segundo Nogueira e Messari (2005) e também reafirmada por Jackson e Sorensen (2013) consiste no fortalecimento das instituições internacionais na manutenção da paz mundial. Tal linha teórica defende a necessidade de organizações internacionais ou ainda instâncias supranacionais para estabelecer normativas visando o bem comum avançando em paralelo com o Direito Internacional. Novamente, a visão kantiana se faz presente e extremamente pertinente ao argumentar a criação de uma paz nas relações internacionais através de uma estrutura supranacional (a federação) que possa fortalecer e aplicar o Direito Internacional como mecanismo de solução pacífica de controvérsias.

Observa-se tais conceitos contidos na criação da Liga da Nações (1920) e sua sucessora a Organização das Nações Unidas– ONU (1945). Além disso, as iniciativas multilaterais se mostraram tão benéficas que ultrapassaram as fronteiras estatais e diplomáticas para fóruns técnicos como comunicação e saúde (ONU, 2017), como por exemplo, a União Postal Internacional, a Organização Mundial da Saúde e diversas outras organizações internacionais imbuídas de promover a cooperação técnica-científica para o desenvolvimento e do bem-comum (RICHMOND, 2008).

Baseado nas abordagens e conceitos da teoria liberalista das relações internacionais pode-se analisar o processo de paz colombiano, escopo deste estudo, sob uma ótica otimista, racional e lógica abrangendo os três níveis de análise (individual, estatal e internacional) além de incluir e considerar a importância de cada um dos atores tanto do conflito como das negociações de paz. Para a sociedade colombiana, que sofreu mais de cinco décadas com o conflito entre as FARC e o governo, com milhões de vítimas (ALTO COMISIONADO PARA LA PAZ, 2017) a visão liberalista se faz extremamente conveniente, ao passo que, mesmo em meio a tanto enfrentamento nenhum dos lados alcançou resultados relevantes por meio da força ou *Hard Power*².

² *Soft Power e Hard Power* são conceitos das teorias de Relações Internacionais. O *Soft Power*, traduzido para o português equivaleria à poder brando ou poder suave, consiste na habilidade de um Estado ou grupo político de influenciar indiretamente o comportamento de outros Estados ou sociedades por meios culturais ou ideológicos, ou seja, um poder de convencimento através de valores abstratos que induzem e submetem os outros aos seus

Por um lado, a guerrilha foi se afastando aos seus ideais originários de revolução ao relacionar-se com o narcotráfico, sequestros e demais atividades criminosas para seu sustento e, por outro, o governo que foi incapaz de controlar as forças insurgentes, ainda que, com fortes políticas securitárias e apoio estadunidense (TICKNER, 2007), assim como não foi capaz de desmobilizar o grupo, aprofundando ainda mais o sofrimento e efeitos para a sociedade civil (ONU, 2017). Nesse sentido, o acordo de paz, dentro da perspectiva liberal desta análise, constitui-se como tentativa de conquistar os interesses de ambos os lados de modo efetivo.

Com relação ao nível individual o liberalismo se manifesta através do desejo individual de cada agente em buscar seus interesses por meio da cooperação, ou seja, a paz. O interesse das vítimas em buscar a verdade e exigir a justiça (ONU, 2017), dos camponeses de demandar maior atenção estatal, dos ex-combatentes de buscarem a anistia e reinserção social (ALTO COMISIONADO PARA LA PAZ, 2017), dos negociadores de cumprirem com suas funções delegadas, do presidente Santos de apresentar à comunidade internacional o grande feito de estabelecer a tão sonhada paz (HERBOLZHEIMER, 2016), dos líderes das FARC de adquirir o espaço político e até mesmo da oposição de alcançar seu espaço e consideração na opinião pública (ARTEHORTÚA, 2016). Portanto, esse conjunto de interesses individuais, até o presente momento, foram melhor atendidos com a cooperação (acordo de paz) do que com a guerra (enfrentamento armado).

No nível do Estado observa-se que o acordo de paz, baseado nos princípios liberais de negociação serviram para aumentar a presença estatal nas políticas públicas das zonas mais afastadas, no meio jurídico, econômico e social ao oferecer julgamentos, anistia e reparação às vítimas (ALTO COMISIONADO PARA LA PAZ, 2017), voltar a exercer o uso legítimo do monopólio da força nos territórios antes ocupados pelas FARC, além de beneficiar o fortalecimento do sistema político nacional ao incorporar a antiga guerrilha em um novo partido político (COLOMBIA, 2016). No cenário internacional, através da perspectiva liberalista, pode-se constatar os benefícios da cooperação e negociação ao reestabelecer em grande medida o controle do combate estatal ao narcotráfico que se estendia à comunidade internacional e nas relações da Colômbia com o resto do mundo.

interesses, de forma não coercitiva, mas influenciável. Em contrapartida, o *Hard Power*, em português poder duro, refere-se à capacidade de um Estado de influenciar o comportamento do outro através do emprego de recursos militares e econômicos, coagindo e induzindo outras sociedades a adotar determinada postura que corresponda aos seus interesses (NYE, 2004).

Por fim, verifica-se que as demais abordagens do liberalismo, expressas anteriormente (livre comércio, democracia e instituições) foram basilares na condução das negociações de paz. Tal afirmação pode ser comprovada pela importância de terminar com o conflito FARC *versus* governo para a economia nacional, a produção, exportação e importação de produtos ao resto do mundo (ALTO COMISIONADO PARA LA PAZ, 2017). A importância da legitimidade democrática remete-se à transparência do processo desde seu anúncio, da participação popular (através da inclusão das vítimas nas negociações e do plebiscito/referendo) e o papel das instituições como a ONU, OEA, UE e ONG's que contribuíram para a efetivação do acordo final (COLOMBIA, 2016), bem como expresso pela atuação de todas instituições republicanas (executivo, legislativo e judiciário).

4 O processo de paz sob perspectivas do construtivismo social

A teoria do construtivismo social forneceu uma nova configuração às ideias dos autores pós-positivistas que partem da premissa de que os indivíduos são os principais protagonistas na construção do mundo e de todas as políticas e sistemas que o abarcam. O mundo se encontra em constante transformação e é construído por agentes (PECEQUILO, 2008). No construtivismo o cenário global previamente estabelecido, predeterminado ou imposto que nada podemos fazer para alterá-lo, apenas nos submeter ao que já fora estabelecido dá lugar a uma possibilidade de inserção da sociedade civil na construção da ordem mundial, modificando-a e agregando-a, ainda que limitadamente (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014).

Assim como aponta Jackson e Sorensen (2013), o construtivismo social possui o objetivo de analisar e debater os agentes e a estrutura, enfatizando que esta não se restringe apenas às relações internacionais, mas também está presente em outras ciências sociais como a sociologia e ciência política; tomando como base os questionamentos sobre a ordem de surgimento dos agentes ou da estrutura, quem influencia ou é influenciado e quais deles determinam ou limitam as ações e evoluções do outro. Os realistas clássicos e os idealistas defendem que são os agentes que surgem primeiro, enquanto os realistas estruturais e os marxistas propõem que é a estrutura que os antecede. Em contrapartida, os construtivistas negam a antecedência ontológica tanto aos agentes quanto a estrutura e afirmam que ambos são correlacionados e construídos simultaneamente complementando-se e contribuindo entre si.

Os principais autores desta abordagem teórica são Alexander Wendt com a obra “Anarchy is what states make of it” (1992) e Nicholas Onuf com “World of our making” (1989). Ambos negam a anarquia como uma estrutura que define a área de relações internacionais. Para esses autores existe um conjunto de normas e regras que organizam e norteiam tal área tornando-as objeto de uma disciplina específica. Ou seja, a anarquia internacional é socialmente construída por seus agentes. Wendt (1992) classifica sua teoria como um tipo de “idealismo estrutural” por se encontrar no *middle way* da abordagem idealista que exprime o compartilhamento de ideias e a estruturalista que considera a importância das estruturas sociais em contrapartida da visão individualista que reduz as estruturas aos indivíduos.

Os discursos são formados por regras e normas, nesse sentido os construtivistas consideram que a realidade é socialmente construída. Kratochwil (1989) utiliza o argumento de que, ao entendermos as regras que regem o discurso, podemos entender as regras que regem a própria realidade. As normas são fundamentais nos processos de tomada de decisão na medida em que existem premissas comuns aos agentes tomadores de decisão que reduzem a complexidade dos contextos dentro dos quais eles fazem suas escolhas, por esse motivo os atores tendem sempre a recorrer às normas. Estas, por sua vez, representam a principal influência nas ações humanas mesmo que de forma indeterminada: quando se trata de atos sociais não se pode esperar regularidades e repetições, nem que da mesma norma resulte sempre o mesmo ato.

Onuf (1989) considera que tudo está em permanente evolução e que a mudança é permanentemente possível: anarquia não passa de uma construção social, fruto de regras e que pode ser mudada e transformada em processos de interação entre agentes e estrutura. Segundo o autor as regras podem ser distribuídas em três tipos: as de instrução, de direção e de compromisso. Já Wendt (1992) reconhece o papel preponderante dos Estados, uma vez que, a anarquia/estrutura, é o que os Estados, isto é, os agentes fazem dela. Desse modo, a teoria construtivista nos ajuda a compreender as mudanças nas estruturas e nos comportamentos dos Estados tomando sempre como base a construção social e a contribuição dos agentes.

Segundo essa abordagem teórica, a configuração do sistema internacional e a relação entre os Estados ao longo da história da humanidade se materializa em um confronto entre as mentes e as tomadas de ações de todas as partes envolvidas demonstradas através de desacordos, disputas, equívocos, falta de comunicação além da influência de crenças e ideias (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014). Para a abordagem construtivista o conceito de paz não

significa apenas a ausência da guerra, mas envolve um conceito de paz positiva. Mais do que o simples respeito pelas regras, que poderia ser analisado em termos de um comportamento instrumental de rivalidade, os estados compartilham valores e querem respeitar a regra da não violência (RICHMOND, 2008).

A paz sustenta-se numa identidade coletiva que a almeja, de forma que os eventuais conflitos entre Estados são sempre resolvidos por meios outros que não os violentos. Os conceitos de paz são construções teóricas que refletem as possibilidades de paz internacional consoante aos processos e dinâmicas de interação em anarquias definidas em termos hobbesianos (de insegurança constante), lockeanos (de exclusão) ou kantianos (de cooperação). Contudo, não são as únicas construções possíveis e nem se concretizam inteira e uniformemente no sistema internacional. A possibilidade de mudança desses conceitos teóricos está estreitamente associada ao grau de aceitação interna das ideias que orientam a interação entre os Estados (ADLER, 1999).

Segundo essa teoria o mundo é construído pelos agentes e pelas escolhas desses, não sendo imposto ou predeterminado, destacando-se ainda que é possível modificar o mundo e transformá-lo por completo. Ou seja, o mundo é uma construção social. Diferentemente de outras teorias, a realidade não é dada ou imutável, como se sempre tivesse sido assim, nem é impossível de modificá-la, na verdade a realidade é construída. Sendo assim, as relações internacionais e o sistema internacional são uma construção social, formadas por consciência intersubjetiva entre as pessoas, constituídas por um conjunto de ideias, pensamentos e normas, organizado por determinadas pessoas em um contexto particular (WENDT, 1992).

Portanto, é possível observar, segundo a teoria do construtivismo social, que a “estrutura” representada através de uma cultura da violência, que legitima ou torna natural políticas securitárias acima de políticas públicas sociais, foi socialmente construída pelos conflitos armados e pela violenta história política colombiana marcada por golpes, corrupção e uma política externa alinhada com os Estados Unidos. Além disso, a vitória do “não” no plebiscito sobre o acordo de paz elucida a dificuldade de reconstruir os conceitos de paz e segurança em uma sociedade marcada pelos efeitos do narcotráfico e sob a constante manipulação dos agentes políticos na opinião pública, através do uso de discurso securitário (ARTEHORTÚA, 2016) e ainda com os resquícios dos fracassados acordos de paz anteriores (HERBOLZHEIMER, 2016) promovem na população um sentimento de incerteza e insegurança sobre a efetividade do acordo de paz de 2016.

A teoria construtivista aplicada no acordo de paz tem como objetivo a relação entre o Estado e as FARC ao longo da história e seus efeitos se materializam em um confronto entre as mentes e as tomadas de ações de todos os atores envolvidos, demonstrados através de desacordos entre as iniciativas de paz dos governos anteriores, disputas entre os partidos e figuras representativas políticas, equívocos na própria equipe de negociação ou condução desta, na falta de comunicação além da influência de crenças e ideias conservadoras referentes à reinserção social e punição dos ex-combatentes. Contudo, é possível modificar esse cenário de naturalização da violência e transformá-lo em uma cultura de paz, em que os colombianos confiem, acompanhem e cobrem a implementação do acordo.

Pode-se visualizar no quadro 2, de forma objetiva, a partir do uso da metodologia comparativa, como as teorias do liberalismo e do construtivismo enxergam diferentes objetos de análise inseridos no mesmo contexto do processo de paz, considerando seus principais agentes:

Tabela 2: Acordo de paz sob a ótica do liberalismo e construtivismo

Objeto de Análise	Liberalismo	Construtivismo
Atores	Estado, FARC, Vítimas.	Opinião pública, sociedade civil.
Objetivos	Sobrevivência, interesses individuais que se beneficiam da cooperação (paz).	Sobrevivência, insegurança, medo, política securitária, militarização.
Comportamento do Estado	Conciliação e negociação através das instituições e determinadas ideias.	Imprevisível antes da interação social.
O que caracteriza o comportamento do Estado	Sociedade internacional	Identidades e interesses constituídos intersubjetivamente.
Acordo de Paz	Cooperação	Depende do ponto de vista (Otimista, pessimista, realista, etc).

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados compilados de Antunes (2018); Jackson e Sorensen (2013).

Conforme apresentado no quadro, de acordo com a teoria liberalista os atores seriam os agentes diretamente relacionados com as negociações: o Estado, FARC e vítimas. Os objetivos do acordo seriam benefícios mútuos mais significativos que poderiam ser alcançados com a cooperação ao invés do enfrentamento armado. O comportamento do

Estado é caracterizado por ser conciliatório, mediador e incisivo, sendo impactado pela influência e pressão da comunidade internacional para terminar com o conflito e observar a proteção dos Direitos Humanos.

Por sua vez, os mesmos objetos de estudo, analisados à luz do construtivismo fornecem uma percepção mais subjetiva em que os atores do acordo seriam toda a sociedade colombiana e internacional, não se restringindo apenas aos envolvidos nos encontros em Havana. Os objetivos desses atores estariam relacionados com a realidade socialmente construída na Colômbia, ou seja, a insegurança, política securitária e medo ao invés da cooperação. O comportamento do Estado se modificaria ao longo do processo e no pós-conflito, se tornando suscetível ao contexto e acontecimentos. Por fim, a visão geral do acordo de paz dependeria do ponto de vista do observador, podendo ser este otimista, pessimista, idealista ou realista.

5 Considerações Finais

Conforme apresentado neste artigo, buscou-se analisar o processo de paz colombiano a partir de perspectivas teóricas das relações internacionais como o liberalismo e o construtivismo social, estabelecendo uma relação entre a teoria e a realidade. Para auxiliar na aplicabilidade das teorias mencionadas adotou-se a divisão em três níveis de análise: individual, estatal e internacional. O nível individual consiste em relacionar a importância de indivíduos com todos os fatores do tema estudado, no estudo de discurso e comportamento dos tomadores de decisões. No nível de Estado a explicação é motivada por fatores estatais como tipo de governo, grupos de interesse no país ou atores nacionais. Por fim, no internacional considera-se atores externos, do sistema internacional, que possam influenciar no tema, como organizações internacionais, outros Estados e o contexto internacional regional em que está inserido o escopo da pesquisa.

Para o liberalismo, teoria clássica das relações internacionais, a cooperação para atingir benefícios mútuos é a essência das relações no sistema internacional, em que cada Estado pode alcançar mais benefícios por meio da paz do que com a guerra. Os liberais apresentam o livre-comércio, a democracia e as instituições internacionais como importantes fatores que podem consolidar e promover a paz mundial. Por meio do livre-comércio entre as nações nota-se uma gradativa substituição da guerra pelo comércio, pois os conflitos armados prejudicam a atividade econômica tanto interna como externa, ou seja, a importação e exportação internacional de bens e serviços, indispensáveis para o desenvolvimento de

qualquer país. O intercâmbio comercial estimularia o contato com a tolerância entre culturas diferentes através da expansão da comunicação e transparência, a reciprocidade seria mais notável e estabeleceria maior pressão na atuação pacífica estatal.

A democracia seria um fator essencial para atingir a cooperação e a paz, pois parte-se do pressuposto que, diferente de um regime autoritário, um Estado democrático de direito respeitaria e protegeria os direitos fundamentais e individuais, além de prover transparência e publicidade das decisões estatais, dificultando ações unilaterais de declaração de guerras ou violação dos direitos humanos. Dessa forma, as políticas externas dos países tenderiam a ser mais prudentes, comprometidas com os interesses da sociedade em geral, com tendência a observar o direito internacional e a opinião pública, que seria também um fator determinante na condução de políticas racionais e transparentes.

O fortalecimento das instituições internacionais também é destacada como fator importante da manutenção da cooperação global, ao passo que estimula uma estrutura ou órgão internacional que possa observar a atuação dos Estados e seu comprometimento com o direito internacional e os Direitos Humanos. Além disso, as organizações podem auxiliar no desenvolvimento de soluções pacíficas de controvérsias e solucionar problemas globais como aquecimento global, terrorismo, narcotráfico, entre outros.

A teoria do construtivismo social expõe que tudo pode ser socialmente transformado e que as estruturas e os agentes se relacionam de forma que se transformam e se influenciam continuamente. Da mesma forma que os discursos, políticas externas e políticas públicas são construídas por agentes, a própria realidade é socialmente construída. A teoria construtivista ajuda a compreender as mudanças nas estruturas e no comportamento dos agentes (Estados e sociedade civil). Portanto, diferentemente de outras teorias, nesta perspectiva a realidade não é imutável, como se sempre tivesse sido desta forma, nem é impossível de modificá-la, ou seja, para essa teoria tanto a guerra como a paz pode ser socialmente construída e transformada através da relação entre agentes e estruturas.

Dessa forma, o estudo teórico do liberalismo e construtivismo social contribuíram para uma análise aprofundada dos fatores e atores presentes no acordo de paz da Colômbia de 2016. O artigo buscou identificar e relacionar elementos deste fenômeno histórico, elementar para os estudos de paz e relações internacionais com os pressupostos apontados por estas teorias. No âmbito do liberalismo das relações internacionais foi possível observar que, tal como as concepções teóricas sinalizam, a cooperação dos atores (Estado, FARC e sociedade

civil) pode ser mais benéfica do que a guerra, ou seja, pode servir como propulsor da resolução de diversos problemas estruturais.

A partir das concepções teóricas do construtivismo social foi possível constatar a existência de uma cultura de violência presente na Colômbia construída socialmente como resultado do conflito armado. Os desdobramentos dessa cultura de violência podem ser observados na dificuldade da sociedade civil de imaginar um cenário de paz acordada entre a guerrilha e o Estado, refletido na vitória do “não” no plebiscito realizado em outubro de 2016 para referendar o acordo. Contudo, uma vez que, segundo esta corrente teórica nenhuma realidade é imutável, o cenário de instabilidade e violência pode ser transformado em diálogos, cooperação e desenvolvimento.

Novas estruturas podem ser formadas de acordo com a atuação de seus agentes, no caso colombiano: sociedade, governo, FARC e Organismos Internacionais. Uma mudança no foco e esforço destes atores, da guerra para a paz, dos fuzis para os diálogos são muito mais benéficos do que uma política securitária, que historicamente mostrou-se incapaz de solucionar as causas do conflito. Wendt postula que a “anarquia é o que os Estados fazem dela”, de igual maneira, a paz também é construída por seus agentes, ou seja, “a paz é o que fazemos dela”. Por mais que a paz seja um conceito subjetivo, com múltiplas definições, a paz colombiana entre as FARC e o Estado, materializada juridicamente através do acordo firmado, representa um ponto de partida para abordar e repensar complexos problemas sociais por outros meios além da violência, estimulando a criatividade e o empoderamento.

Referências

ADLER, E. O construtivismo no estudo das relações internacionais. In: *Lua Nova*, São Paulo, n. 47, 1999, p. 201-246. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451999000200011&lng=&nrm=iso>. Acesso em 10 de julho de 2019.

AGUIAR, R. *Los Protagonistas del Proceso de Paz en Colombia*. CNN ESPAÑOL, 2016. Disponível em: <<https://cnnespanol.cnn.com/2016/04/23/los-protagonistas-del-proceso-de-paz-en-colombia/>>. Acesso em 26 de junho de 2019.

AGUM, R.; RISCADO, P; MENEZES, M. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. In: *Revista Agenda Política*, vol. 3, nº 2, dezembro de 2015. Disponível em: <www.agendapolitica.ufscar.br/agendapolitica/article/download>. Acesso em 20 de setembro de 2019.

ALTO COMISIONADO PARA LA PAZ. *Publicaciones todo sobre el Acuerdo*. 2017. Disponível em: <<http://www.altocomisionadopalapaz.gov.co/herramientas/Paginas/Todo-lo-que-necesita-saber-sobre-el-proceso-de-paz.aspx>>. Acesso em 05 de junho de 2019.

ANTUNES, D. F. B. *Capacidades para a Paz: Estudo Comparativo dos processos de paz entre o governo colombiano e as FARC nas gestões Andrés Pastrana (1998-2002) e Juan Manuel Santos (2010-2016)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

ARTEHORTÚA, J. M. C. “¿Ésta es la paz de Santos?”: el partido Centro Democrático y su construcción de significados alrededor de las negociaciones de paz. *Revista Ciencias Sociales*, no. 19. Cali: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad- Icesi, 2016, p. 15-37.

BBC BRASIL. *Como a guerra entre o governo da Colômbia e as Farc começou e por que ela durou mais de 50 anos*. Bogotá, agosto de 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37181620>>. Acesso em 20 de abril de 2019.

COLÔMBIA. *Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de Una Paz Estable y Duradera*. Bogotá, 24 nov. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/YbUAik>>. Acesso em: 24 de abril de 2019.

HERBOLZHEIMER, K. Innovations in the Colombian peace process. *Norwegian Peacebuilding Resource Centre*, 2016. Disponível em: <https://www.c-r.org/downloads/NOREF_CR_Report_Colombia%20Innovations_final.pdf>. Acesso em 25 de julho de 2019.

JACKSON, R. H; SORENSEN, G. *Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

KEOHANE, R. NYE, J. *Power and Interdependence*. In: BETTS, Richard. *Conflict After the Cold War*. Nova York: Pearson, 2008.

KANT, I. *A Paz Perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1995.

KRATOCHWIL, F. *Rules, Norms and Decisions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

MINGST, K. A. *Princípios de Relações Internacionais*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MINGST, K. A.; ARREGUÍN-TOFT, I. M. *Princípios de Relações Internacionais*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2014.

MONTESQUIEU. *O Espírito das Leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

NOGUEIRA, J.; MESSARI, N. *Teoria das relações internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE, J. S. *Soft Power: the means to success in world politics*. Nova Iorque: Public Affairs, 2004.

ONUF, N. *World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

ONU. *Missão de Paz da ONU na Colômbia*. 2017. Disponível em: <<https://unmc.unmissions.org/documentos>>. Acesso em 22 de julho de 2019.

PALACIOS, M. *Seminario haciendo la paz: reflexiones y perspectivas del proceso de paz en Colombia*. Semana.com. 2001. Disponível em: <<http://www.semana.com/nacion/articulo/marcos-palacios-seminario-haciendo-paz-reflexiones-perspectivas-del-proceso-paz-colombia-ponencia/45663-3>>. Acesso em 25 de abril de 2019.

PECEQUILO, C. S. *Introdução às Relações Internacionais*. Petrópolis: Vozes, 2008.

RICHMOND, O. P. *Peace in International Relations*. Abingdon: Routledge, 2008.

SILVEIRA, W. A. *As FARC- EP, o Plano Colômbia e seus desdobramentos nas Relações Internacionais*. Trabalho de conclusão do curso de Graduação de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRG. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

TICKNER, A. B. Intervención por Invitación: Claves de la política exterior colombiana y de sus debilidades principales. In: *Colombia Internacional*, nº 65, 2007, p. 90-111.

WALTZ, K. N. *Man the state and war*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1954.

WENDT, A. Anarchy is What States Make of It.: The Social Construction of Power Politics.
In: *International Organization*, 46, 1992, p. 391- 425.

Recebido em 26 de maio de 2020.

Aceito para publicação em 31 de agosto de 2020.